



Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1991
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Arthur Ritti e Nilton César (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 145/91

Curitiba, 09 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência, nos termos do inciso IV, do artigo

87 da Constituição do Estado, o anteprojeto de lei em anexo, que dispõe sobre o sistema de previdência aos servidores do Estado.

O plano de lei ora proposto objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná, de modo a dar cumprimento integral à norma constitucional, dentro das limitações orçamentárias.

A proposta decorre de recentes estudos promovidos pela Secretaria de Estado da Administração indicando que, ao cabo de dez anos, a folha de pagamento do Estado estaria comprometida em mais de 60% (sessenta por cento) com os encargos do pessoal inativo, fato que acarretará insuportável ônus para o Tesouro do Estado.

Na adoção de um regime jurídico único de trabalho para os servidores estaduais, o Estado se obrigará a absorver os benefícios previdenciários dos agentes públicos vinculados ao regime celetista, o que tornará mais grave uma situação já difícil, se medidas saneadoras não forem tomadas.

Assim, no intuito de estabelecer com eficiência a previdência social dos servidores públicos, sem que venha trazer consequências financeiras insuportáveis para o Estado, é que submeto este plano de lei ao judicioso exame dessa Assembléia Legislativa.

O financiamento dos direitos previdenciários é o que se chama repartição simples, ou seja, a transferência direta de fontes com a contribuição do Tesouro e dos segurados.

Para tanto, procurou-se buscar formas de aproveitamento de outros recursos, explorando a possibilidade de adoção de um regime de capitalização parcial. Isto significa que um certo fluxo de recursos financeiros deverá ser acumulado nesse Fundo, cujo rendimento reverterá em fonte de custeio de direitos previdenciários.

Os benefícios previdenciários, ora propostos, provêm da Constituição Estadual (art. 35, I, II, III e parágrafo 4º), estando todos devidamente acobertados com a correspondente fonte de custeio total.

O custeio do sistema previdenciário terá como fonte de receita a contribuição do Estado, do segurado e de outras fontes, tais como as previstas no art. 51 e seus incisos, deste anteprojeto.

A alíquota de contribuição, tanto para o Estado como para os segurados, foi fixada com um mesmo percentual (dez por cento), que será aplicado na forma previs-

ta pelos artigos 47 e 49 do anteprojeto, não resultando impacto financeiro que não possa ser suportado pelas partes.

A contrapartida do Estado não aumentará despesas, uma vez que terá como origem os encargos sociais (INSS e FGTS) que deixará de recolher. Outros recursos que repassar, venda e aluguel de imóveis, para o Fundo de Previdência do Estado terão destinação específica, uma vez que o Fundo será administrado executivamente pelas Secretarias de Estado da Fazenda e da Administração, que não deverão permitir o desvio de sua finalidade.

O anteprojeto contempla medidas rígidas, a fim de evitar que o recolhimento seja feito fora do prazo previsto.

O Fundo de Previdência do Estado, dotado de natureza eminentemente contábil, será constituído pelos recursos provenientes das contribuições, gerido administrativamente, em nível deliberativo por um Conselho Curador, e em plano executivo pelas Secretarias de Estado da Fazenda e da Administração.

No Conselho Curador do Fundo, além da participação de representantes dos Poderes do Estado, também está prevista a dos seus servidores.

Cabe à Secretaria de Estado da Fazenda a administração dos recursos financeiros do Fundo, através de contrato com o Banco do Estado do Paraná, para que forme e administre uma carteira para aplicação dos recursos na forma estabelecida no projeto (art. 58).

Na gerência dos benefícios previdenciários estará a Secretaria de Estado da Administração, que poderá, sob sua supervisão e fiscalização, delegar este encargo ao Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Está previsto que os atuais servidores inativos continuarão, pelo prazo de doze anos, a contar da vigência da lei, a serem pagos pelo Tesouro do Estado, tempo presumivelmente suficiente para o Fundo capitalizar recursos necessários ao seu objetivo.

O Fundo somente se responsabilizará por futuros benefícios previdenciários após dois anos de sua existência, o que permitirá, igualmente, a formação de significativo capital para o custeio dos benefícios que objetiva proporcionar.

Foi estipulado um seguro saúde para os segurados, visando contemplá-los com um atendimento nesta área. Para o custeio do prêmio desse seguro, o projeto destina até 2% (dois por cento) do valor da folha de pagamento, que correrá exclusivamente a cargo do Estado.

Certo de que o anteprojeto de lei ora proposto, merecerá dessa Colenda Casa de Leis, o necessário apoio e consequente

aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I DA PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS CAPÍTULO I DO PLANO DE PREVIDÊNCIA

Art. 1º - O Estado do Paraná promoverá a previdência social de seus servidores e respectivos dependentes, mediante contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários.

Art. 2º - A previdência social do servidor estadual, abrange:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez permanente;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária;
- d) aposentadoria por tempo de serviço;

II - Quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio reclusão.

Art. 3º - Para os fins previstos no artigo anterior, fica criado o Fundo de Previdência do Estado, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta lei.

Art. 4º - Os recursos alocados ao Fundo de Previdência do Estado, não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da previdência social do servidor, sob pena de ser responsabilizado, na forma da lei, quem assim o permitir.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS SEÇÃO I DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que, estando em gozo de licença para tratamento de saúde ou por acidente em serviço, for considerado definitivamente incapacitado para o serviço público, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

Art. 6º - A aposentadoria por invalidez permanente será procedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente em serviço por período não excedente a 24

(vinte e quatro) meses.

Art. 7º - A concessão de aposentadoria por invalidez permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica oficial do Estado.

Art. 8º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir da data de publicação do ato concessório.

Art. 9º - Em caso de doença que necessite de afastamento compulsório, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrite anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, a aposentadoria por invalidez permanente independência de licença para tratamento de saúde e de médico-pericial e será devida a partir da data do afastamento.

Art. 10 - A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável avaliadas por junta médica oficial do Estado, quando então os proventos serão integrais.

SEÇÃO II DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 11 - A aposentadoria compulsória é devida ao segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade, e terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do servidor.

SEÇÃO III DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 12 - A aposentadoria voluntária será devida ao segurado que a requerer depois de completar 30 (trinta) anos de serviço se homem ou 25 (vinte e cinco) se mulher, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem e 60 (sessenta) se mulher com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

SEÇÃO IV DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 13 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao segurado que a requerer, depois de completar 35 (trinta e

cinco) anos de serviço, se homem, ou 30 (trinta) se mulher, ou aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor ou especialista de educação, e aos 25 (vinte e cinco) se professora ou especialista de educação, com proventos integrais.

Art. 14 - A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço, será devida a partir da data de publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 120 (cento e vinte) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria, observado o disposto no art. 17 desta Lei.

Art. 15 - É vedada a percepção cumulativa de aposentadorias concedidas pelo poder público ou qualquer instituição oficial da previdência brasileira.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste artigo, o pagamento da aposentadoria será suspenso, ficando o interessado obrigado a devolver as importâncias indevidamente recebidas, a partir da percepção cumulativa, com juros de 1% (um por cento) ao mês, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor indevido e correção monetária.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuição à instituição oficial como autônomo ou de relação empregatícia com entidade não oficial que não foi computada para os efeitos do artigo 17.

Art. 16 - Os proventos das aposentadorias referidas nesta Lei serão calculados tendo como parâmetro a última remuneração que serviu de base de contribuição do servidor segurado.

Art. 17 - Para os efeitos previstos no artigo 14, desta Lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observado o que dispõem os artigos 94, parágrafo único e 99, da Lei Federal n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei Estadual n. 7.634, de 13 de julho de 1982.

Parágrafo Único - É vedada a contagem repetida de um mesmo lapso de tempo.

SEÇÃO V DA PENSÃO

Art. 18 - A pensão será devida ao co-

junto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 19 - A pensão por morte corresponderá a 60% (sessenta por cento) da remuneração ou provento do servidor falecido que estava servindo de base de contribuição para a previdência social, observado para este fim o limite estabelecido pelo inciso XI, do artigo 27, da Constituição Estadual, e pela Lei Estadual n. 9.105, de 23 de outubro de 1989, com as alterações posteriores.

Art. 20 - A pensão será rateada em cotas proporcionais entre todos os dependentes inscritos, cabendo 50% (cinquenta por cento) para a viúva (o) ou companheira (o) e os 50% (cinquenta por cento) restantes rateados em cotas iguais para os demais dependentes, não se adiando a concessão por falta de habilitação de outros possíveis dependentes.

§ 1º - A pensão será deferida por inteiro à viúva (o) ou companheira (o) supérstite, na falta de outros dependentes legais.

§ 2º - Se o segurado (a) for viúvo(a), ou se o cônjuge sobrevivente ou companheiro(a) não tiver direito à pensão, será o benefício pago integralmente, em partes iguais, para os demais dependentes, se houver, na forma desta lei.

Art. 21 - A cota da pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

§ 1º - Sempre que se extinguir uma cota de pensão, processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 2º - Com a extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão.

SEÇÃO VI DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 22 - O auxílio reclusão será concedido aos dependentes do segurado detento ou recluso que não perceba remuneração nem proventos de inatividade.

§ 1º - O auxílio reclusão consistirá em renda mensal equivalente a 60% (sessenta por cento) da última remuneração que serviu de base de contribuição do servidor.

§ 2º - O auxílio reclusão será devido a contar da data da prisão do segurado e será mantido enquanto durar sua reclusão ou detenção, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º - Se a condenação penal for cumulativa com a perda da função pública, o

auxílio reclusão não será suspenso durante os três primeiros meses subseqüentes ao da liberação do segurado.

§ 4º - No caso de falecimento do segurado detento ou recluso, o auxílio reclusão será convertido em pensão.

CAPÍTULO III OS BENEFICIÁRIOS

Art. 23 - Os beneficiários da previdência social de que trata esta lei, classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 24 - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecido por esta lei:

I - na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos, os ocupantes de cargos em comissão quando servidores públicos e os admitidos temporariamente.

II - na qualidade de inativos, todos os aposentados civis do Estado regidos pelo estatuto do Servidor Público Estadual, os militares reformados ou na reserva remunerada e os integrantes de carreiras com legislação específica.

Art. 25 - Não será admitido segurado em caráter facultativo.

SEÇÃO II DOS DEPENDENTES

Art. 26 - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta lei na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

IV - a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 65 (sessenta e cinco) anos ou inválida.

§ 1º - A existência de dependentes de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º - Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I, mediante declaração do segurado: o enteado, o menor que por determinação judicial esteja sob sua guarda, e o menor que esteja sob a sua tutela e não possua condições suficientes para o

próprio sustento e educação.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, desde que verificada a coabitação em regime marital, pelo lapso de tempo superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

§ 4º - A existência de filho resultante da associação marital dispensa o período de carência referido no parágrafo anterior para a coabitação.

§ 5º - Para os efeitos do parágrafo terceiro deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e outra pessoa, desde que não se tenha verificado o fim do vínculo matrimonial.

§ 6º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 7º - Considera-se justificada a dependência econômica das pessoas de menoridade ou de idade avançada, bem como das doentes ou inválidas, que, sem recursos, vivam às expensas do segurado ou que coabitem por lapso de tempo superior a 2 (dois) anos consecutivos.

§ 8º - São consideradas pessoas sem recursos para os fins desta lei, aquelas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo vigente.

§ 9º - São consideradas dependentes, para os efeitos desta lei, as pessoas de idade inferior a 25 (vinte e cinco) anos que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido.

Ar - Os meios de comprovação da dependência econômica serão regulados em Decreto.

SEÇÃO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 28 - O segurado será inscrito "ex-officio", como beneficiário da previdência social instituída por esta lei.

§ 1º - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 2º - O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimento, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença transitada em julgado.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AS PRESTAÇÕES

Art. 29 - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não comple-

tarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo de junta oficial do Estado ao efeito de comprovarem se persiste a ~~causa~~ determinante da invalidez.

Art. 30 - ~~Em~~ prejuízo do direito ao benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 31 - O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 32 - O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 33 - O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 34 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento.

Art. 35 - Será fornecido, mensalmente, ao segurado ou pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas bem como o valor discriminado de todos os descontos ocorridos.

Art. 36 - Salvo quanto ao valor devido ao Fundo de Previdência do Estado ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu reconhecimento.

Art. 37 - Podem ser descontados dos benefícios:

I - contribuições devidas pelo segurado ao Fundo de Previdência do Estado;

II - pagamento de benefício além do devido;

III - Imposto de Renda retido na fonte;

IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial.

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, salvo má-fé.

Art. 38 - Os valores dos benefícios de

que trata esta lei serão revistos na mesma proporção e data em que forem reajustados os vencimentos dos servidores estaduais em atividade, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, sendo também estendidos aos inativos e pensionistas, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 39 - Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória aos dependentes na forma estabelecida na Seção V do Capítulo II, deste Título.

§ 1º - Mediante prova inequívoca do desaparecimento do segurado, em virtude de acidente ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração e o prazo exigidos neste artigo.

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias já recebidas.

Art. 40 - Excetuado o caso de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições.

Art. 41 - Mediante justificação processada perante a Secretaria de Estado da Administração - SEAD, poderá suprir-se a falta de qualquer documento ou fazer-se prova de fato de interesse dos beneficiários, salvo os que se referirem a registros públicos.

Art. 42 - Nenhum benefício continuado, aposentadoria ou pensão, poderá ter valor inferior a um salário mínimo.

Art. 43 - O décimo-terceiro salário será concedido a aposentadorias e pensões e sobre ele deverá incidir a contribuição correspondente.

TÍTULO II DO CUSTEIO DA PREVIDENCIA SOCIAL CAPÍTULO I DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 44 - A previdência social estabelecida por esta lei será financiada mediante recursos designados e contribuições do Estado e dos segurados.

Art. 45 - A receita, as rendas e o resultado de aplicações dos recursos disponíveis do Fundo serão empregados, exclusivamente, na consecução das finalidades previstas nesta lei, na manutenção ou aumento do valor real de seu patrimônio e na obtenção de recursos destinados ao custeio de suas atividades-fins.

Art. 46 - Para os efeitos desta lei entende-se por base de contribuição:

I - os proventos de aposentadoria, no caso do segurado inativo.

II - o valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário-família e indenizações, quando segurado ativo.

III - a soma total dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário-família e indenizações, e os valores creditados em folha de pagamento que tenham como consequência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do Estado.

§ 1º - A base de contribuição dos servidores em atividade e inativos não poderá ter valor inferior ao salário-mínimo.

§ 2º - No caso de acumulação legal, a contribuição será calculada sobre a soma da base de contribuição.

CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO

Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total mensal creditado em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no item III, parte final, do art. 46.

Art. 48 - A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Estado, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao do pagamento.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido no "caput" deste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão à atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPÍTULO III DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos será de 10% (dez por cento) da base de contribuição.

Art. 50 - A contribuição dos segurados ativos e inativos será descontada do ofício pelos setores encarregados do pagamento do pessoal e recolhida ao Fundo de Previdência do Estado até o quinto dia útil do mês subsequente ao do desconto.

DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES

Art. 51 - Além das contribuições de que tratam os artigos 47 e 49, constituem receitas do Fundo de Previdência do Esta-

do:

- I - dotações orçamentárias;
- II - alugueres de imóveis;
- III - produto da alienação de bens imóveis e móveis;
- IV - legados, doações e quaisquer outros recursos de entes públicos ou privados;
- V - receitas de aplicações financeiras e societárias;
- VI - rendas eventuais.

Art. 52 - O Governador do Estado, os Presidentes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas, serão responsabilizados na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta lei.

CAPÍTULO IV

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

Art. 53 - O Fundo de Previdência do Estado será gerido administrativamente em dois níveis:

- I - deliberativo, por um Conselho Curador;
- II - executivo, pelas Secretarias de Estado da Fazenda e da Administração.

Art. 54 - O Conselho Curador do Fundo será composto por sete membros nomeados pelo Governador e indicados:

- I - três pelo Poder Executivo;
- II - dois pelos servidores do Estado, sendo um ativo e outro inativo.
- III - um pelo Poder Legislativo;
- IV - um pelo Poder Judiciário.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão designados pelo Governador.

§ 2º - O valor da retribuição dos membros do Conselho será fixado em decreto.

§ 3º - O Conselho Curador terá um regimento próprio aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 55 - Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias:

- I - planos de custeio, de aplicação do patrimônio e orçamento-programa;
- II - relatório anual e prestação de contas;
- III - aceitação de dotações e legados.

Art. 56 - Cabe, ainda, ao Conselho Curador:

- I - propor ao Governador a expedição de regulamentos de benefícios previdenciários, nos termos da Constituição e legislação própria;
- II - elaborar seu regimento próprio, submetendo-o à aprovação do Governador;
- III - contratar, obrigatoriamente, auditoria para avaliação dos atos de administração dos recursos;
- IV - representar ao Governador com relação a atos irregulares dos administrado-

res.

Art. 57 - A administração dos recursos financeiros do Fundo ficará a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - Para o mister deste artigo, a Secretaria da Fazenda contratará o Banco do Estado do Paraná S.A.

§ 2º - A taxa de administração da carteira de aplicação não será superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), calculado sobre o seu resultado real.

Art. 58 - Os recursos financeiros do Fundo, confiados ao Banco do Estado do Paraná S/A, deverão ser destinados às seguintes formas de aplicação:

I - empréstimos simples a servidores públicos ativos, inativos e pensionistas;

II - empréstimos imobiliários para servidores públicos ativos, inativos, pensionistas ou para terceiros, com regulamentação própria, para aquisição de imóveis prontos, sob a forma de carta de crédito ao adquirente e com garantia hipotecária do próprio imóvel;

III - debêntures simples ou conversíveis de companhia aberta com cláusula de remuneração real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

IV - títulos públicos com cláusula de correção cambial ou outras cláusulas de atualização do valor do principal e taxa de juros real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

V - certificado de depósito de ouro;

VI - letras de câmbio com cláusula de correção monetária pós-fixada com taxa de juros real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

VII - financiamento de operações de arrendamento mercantil.

§ 1º - Nenhum empréstimo concedido pelos gestores da carteira do Fundo poderá prever regras de amortização que impliquem em redução real do valor do mútuo.

§ 2º - Serão permitidas aplicações de curto prazo, para efeito de gestão de caixa, observados critérios de prudência e rentabilidade.

§ 3º - Estão vedadas as aplicações em mercados futuros, a termo e de opções.

Art. 59 - A gerência dos benefícios previdenciários será da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo Único- A Secretaria de Estado da Administração poderá delegar a atribuição deste artigo ao Instituto de Previdência do Estado.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60 - Os proventos dos atuais servidores inativos continuarão, pelo prazo de doze anos da vigência desta lei, sendo pagos pelo Tesouro do Estado.

Parágrafo Único- Após o decurso do prazo fixado neste artigo, o Fundo de Previdência assumirá o encargo da aposentadoria.

Art. 61 - Os proventos dos servidores que vierem a se aposentar a partir de vinte e quatro meses da data desta lei, correrão à conta do Fundo de Previdência.

Art. 62 - O regime relativo às pensões seguirá ao disposto nos artigos 60 e 61.

Art. 63 - As receitas do Fundo de Previdência do Estado serão integralmente destinadas à capitalização durante dois anos a partir da data desta lei.

Art. 64 - Os servidores da administração direta e das autarquias passarão a ser contribuintes obrigatórios do sistema de previdência estabelecido nesta lei.

Art. 65 - os contribuintes facultativos do Instituto de Previdência do Estado terão seus direitos preservados, não fazendo jus aos benefícios desta lei.

Art. 66 - Os serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos deverão ser incorporados ao regime de previdência pública nacional.

Parágrafo Único- Os serventuários poderão optar pelo regime previdenciário desta lei, desde que se submetam a contribuir para o Fundo de Previdência do Estado em montante fixado pelo Conselho Curador, segundo cálculo atuarial.

Art. 67 - O décimo terceiro salário de que trata o Art. 43, no primeiro ano de concessão do benefício, será proporcional ao número de meses em que o benefício for pago.

Art. 68 - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir apólice de seguro saúde para os servidores do Estado, destinando até 2% (dois por cento) da folha de pagamento, a título de prêmio de seguro.

Parágrafo Único- Os serviços de saúde cobertos pela apólice de que trata este artigo são aqueles atualmente prestados pelo Instituto de Previdência do Estado.

Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em função pública na data da publicação desta lei.

Parágrafo Único- Até que se implante o regime jurídico único dos servidores do Estado, aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com exceção da estabilidade e ingresso em carreiras.

Art. 70 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua vigência.

Art. 71 - Esta lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação, revoga-

das as disposições em contrário.

- A Diretoria Legislativa.

Ofício:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Curitiba, 06.12.91

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

Venho por meio deste manifestar a mais profunda preocupação ante o estado de animosidade que se ensaia no centro de Curitiba, com o acampamento na Rua das Flores de pessoas envolvidas na recente invasão da área denominada Ferrovila.

Usando crianças e disseminando calúnias, as lideranças do movimento tentam incutir a revolta na população, com o fim único de obter dividendos eleitorais, não enxergando que, agindo assim, só fazem retardar as soluções para a questão habitacional em Curitiba.

Cabe esclarecer que, desde setembro, quando ocorreu a invasão da Ferrovila, a Prefeitura tem se empenhado em solucionar a questão, agindo de maneira objetiva uma vez que aquela área já se destina a construção de oito mil apartamentos para trabalhadores.

Por diversas vezes estive com o Sr. Governador do Estado e com as lideranças do movimento, buscando soluções, que já poderiam estar implantadas, não fosse a intransigência das referidas lideranças que, num gesto de arrogância, chegaram, ao cúmulo de dificultar o cadastramento das famílias envolvidas na ocupação.

Apesar de todos os entraves, a Prefeitura já dispõe de áreas para assentar imediatamente os invasores tendo, já solicitado as autoridades competentes a instalação de água e energia elétrica, o que demonstra cabalmente que a manifestação armada no centro da cidade é demagógica e absolutamente desnecessária.

Num momento em que os recursos federais para habitação estão cada vez mais escassos, a Prefeitura de Curitiba tem investido recursos próprios, incentivando parcerias (como no caso da Ferrovila), empenhando-se profundamente na solução deste que é um dos problemas brasileiros mais sérios de nossos dias.

Como resultado, estamos empreendendo o maior programa habitacional da história de Curitiba, que prevê o atendimento de 54 mil famílias, cerca de 200 mil pessoas, até o final de 1992.

E a luz destes fatos, que manifesto minha indignação ante a tentativa de algumas lideranças de fazer da cidade uma praça de guerra.

Peço a sua compreensão para este problema. Queremos solução não queremos o

confronto.

(a) JAIME LERNER
Prefeito de Curitiba.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência ao Projeto de Lei n° 591/91, que autoriza o Poder Executivo ceder uso de imóvel da FASPAR, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10.12.91

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 3426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei 570/91 constante do item 21° da Ordem do Dia de hoje (10.12.91) de nossa autoria, que acrescenta Subtítulo e memorial Descritivo ao Perímetro Urbano de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 10.12.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 3432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 10.12.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 3435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do projeto de lei n° 293/91 (item 14), de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a remuneração, pelo Estado, de advogados dativos.

Sala das Sessões, em 10.12.91

(a) CARLOS SIMÕES.

REQUERIMENTO N° 3441

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja concedida prioridade na discussão e votação do

Projeto de Lei n° 312/91, de autoria sua e da Deputada Emília Belinati que regulamenta o art. 205 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

Apoio: Emília Belinati.

REQUERIMENTO N° 3434-A

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, nos termos do parágrafo único do art. 59, do Regimento Interno, abono de faltas, no período de 02 a 05 de dezembro do ano em curso, por se encontrar em tratamento médico nesses dias, conforme fez prova com Atestado Médico anexo.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSÉ ALVES

"ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que o Deputado JOSÉ ALVES DOS SANTOS esteve em tratamento nesta clínica nos dias 02 a 05 do corrente, quando necessitou guardar repouso.

Diagnóstico - CID 402.9/3.

E, por ser expressão da verdade, dato e subscrevo o presente atestado.

Maringá, em 09.12.91.

(a) DR. MARIO LINS PEIXOTO

CRM 2181 - CPF 002769289-20

INPS 10948625705"

REQUERIMENTO N° 3445

Senhor Presidente.

Eu, SEVERINO FELIX PESSOA, brasileiro, casado, Deputado Estadual, residente nesta Capital, portador do RG n° 406.562, venho REQUERER que Vossa Excelência se digne a abonar as faltas das sessões plenárias nos dias 11 e 12.12.91, por motivo de estar ausente, acompanhando minha esposa Maria das Dores Pessoa, em exames médicos.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) SEVERINO FELIX

REQUERIMENTO N° 3442

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações pela passagem do 57° aniversário do Município de Londrina, no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Como parlamentar, representante daquele município e londrinense da segunda geração, não poderia me omitir de tão importante data.

Londrina é a grande homenageada por todos neste dia. Os jornais do Estado estampam a Londrina de hoje, elencando todos

seus tributos e confirmando sua prosperidade.

Confiamos que esta Casa vai se juntar a tais homenagens, demonstrando respeito por aquela que é a terceira maior cidade do Sul do País, e que na atual administração municipal já alcançou níveis elogiáveis na qualidade dos serviços que presta à população, especialmente nas áreas de saúde, educação, comunicação, etc, e que tanto contribuiu - e contribui - para o progresso e desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO N° 3444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicita votos de congratulações pelo 57° aniversário da cidade de Londrina, que ocorre em data de hoje.

Requeiro, ainda, que após aprovação do presente, seja dada ciência ao Prefeito, Vice-Prefeito e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 3427

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, bem como ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando providências no sentido de que seja asfaltada a rodovia entre Maringá e Itambê, passando pelo Patrimônio de São Luiz, no Município de Sarandi e pelo Distrito de Aquidaban, do Município de Marialva, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

Atualmente quem vai de Maringá para Itambê ou para Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, ou para a Região Sul, via Manoel Ribas e Pitanga, tem que fazer uma volta considerável por Floresta ou por Engenheiro Beltrão.

A ligação asfáltica entre Maringá e Itambê, via Patrimônio de São Luiz e Aquidaban, uma das mais antigas reivindicações da região, encurtará, em muito, a distância entre a região de Maringá e o Sul do Estado, principalmente para os que pretendam passar por Manoel Ribas ou por Pitanga, até Guarapuava.

O trecho a ser asfaltado é aproximadamente de 30 quilômetros, e muito contribuirá para o desenvolvimento daquela região, além de ser um fator econômico considerável.

REQUERIMENTO N° 3428

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, bem como ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando providências no sentido de que seja asfaltada a rodovia intermunicipal ligando Maringá ao Distrito de Polinópolis, no Município de Mandaguaçu, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

A velha Estrada Romeira, do Município de Maringá, que ligava Maringá ao patrimônio de Polinópolis, hoje Distrito de Mandaguaçu, foi esquecida pelo Poder Público, quer estadual, quer municipal. Ligando Maringá com uma das regiões produtivas de sua área agrícola, além de ser uma alternativa viária para os moradores e produtores do Distrito de Polinópolis, essa rodovia, hoje e para um futuro bem próximo, será uma das mais importantes para o município de Maringá.

A região servida por essa rodovia será objeto de consideração para implantação de frigoríficos e outras indústrias que necessitem de fonte de escoamento por ribeirão. Constitui também essa pavimentação uma alternativa para transferência de elementos poluidores da cidade de Maringá para outras regiões do município.

REQUERIMENTO N° 3429

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, bem como ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Dr. Elias Abrahão, solicitando providências para que seja construída e instalada no Município de Santa Fé uma Escola Estadual de Regime Integral, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Fé, com uma população aproximada de 10.000 habitantes, é uma cidade de médio porte, pertencente à microrregião de Maringá.

Sua agricultura se fundamenta em alguns produtos essenciais como milho, café, soja, algodão e feijão. No passado, sua produção agrícola forte e monopolista foi o café.

Como na maioria dos municípios do Norte do Paraná, o ciclo do café foi substituído por outras culturas agrícolas e, como consequência, houve grande evasão do homem do campo, criando na periferia da

cidade o bôia-fria, oriundo das lavouras cafeeiras.

Para o Estado do Paraná, ficou uma dívida social a resgatar, como consequência do desenvolvimento agrícola do Estado e consequente desenvolvimento econômico. Essa dívida social, relacionada com a educação, é dar uma melhor chance aos filhos dos bôias-frias oferecendo a eles uma melhor escola, uma escola de 1º e 2º graus que lhe ofereça, além de conhecimentos científicos, uma preparação para uma nova opção de trabalho em sua comunidade.

A programação da Secretaria de Estado da Educação em oferecer uma escola de regime integral, com currículo de formação e adestramento para o trabalho, vem resgatar uma parte dessa dívida social para com as famílias carentes de nossas cidades interioranas, no Norte e Noroeste do Estado.

Santa Fê, pelo seu passado histórico na cafeicultura de nosso Estado, e hoje sofrendo das consequências da erradicação de grande parte de seus cafeeiros, faz por merecer uma escola estadual que ofereça essas condições.

REQUERIMENTO Nº 3448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicita ao Sr. Governador do Estado Roberto Requião, que autorize a COPEL e a SANEPAR, a prorrogação das contas de luz e água, respectivamente, pelo prazo de noventa (90) dias, para atender os bôias-frias da região Norte do Paraná, assoladas por longa estiagem.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO Nº 3430

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti e Sr. José Maria de Paula Correa, Diretor do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, solicitando em caráter de urgência, no sentido de aumentar o quadro de pessoal em dois (02) agentes e um (01) carcereiro, para a cidade de Rio Negro-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO que a Delegacia Regional de Polícia Civil de Rio Negro, Paraná, mantém atualmente em regime de cárcere, 22 (vinte e dois) presos, dos quais 16 (dezesseis) já condenados a penas diversas;

CONSIDERANDO que, face à categoria de

Regional, também presta atendimento aos Municípios de Campo do Tenente, Quitandinha e Piên;

CONSIDERANDO que para o atendimento a quatro (04) municípios, o quadro do seu pessoal efetivo compreende o delegado, um agente e um escrivão tão somente.

Face ao exposto, justifica tal requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3433

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça, Dr. Renato Pedroso, expediente solicitando a reforma do prédio do Fórum de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, considerando a situação precária em que se encontra o prédio, ocasionando risco de deterioramento de documentos, podendo assim trazer sérios prejuízos às partes e à Justiça, além de contribuir na morosidade dos trabalhos do Poder Judiciário naquele município.

Por ser de ímpar importância o solicitado à comunidade, é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 3436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de Expediente Oficial, ao Senhor Governador do Estado, ROBERTO REQUIÃO, em cópia ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, MOACIR FAVETTI, solicitando, estudos para a viabilização de CRIAÇÃO DE BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA, no interior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Paraná possui uma malha rodoviária de 17.000 quilômetros, atendidos por um contingente de 400 homens, previsto no QUADRO ORGÂNICO da Polícia Militar do Paraná, e possui mais 400 homens agregados na função de Policiais Rodoviários, temporariamente e de forma contrária ao estabelecido no Q.O. da PMPr.

O aumento do número de veículos, nas estradas paranaenses aumenta dia a dia, e o crescimento de acidentes e assaltos a ônibus, caminhões e até carros de passeio alcança índices assustadores e demonstra a

necessidade do Policiamento Preventivo e intensivo da Polícia Rodoviária.

Assim entendemos que a CRIAÇÃO DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA no interior do Estado, regulariza a situação do efetivo "excedente", descentraliza as decisões e agiliza a atuação da eficiente Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informação à Secretária de Cultura, Senhora Gilda Polli, solicitando:

1. O Senhor Enrique Molina é servidor da Fundação Teatro Guaíra?
2. O mesmo exerce algum cargo de direção no mencionado órgão? Qual a data do ingresso na função?
3. Caso o mencionado cidadão não pertença aos quadros do Teatro Guaíra, informar se o mesmo encontra-se lotado na mencionada autarquia e a função exercida.
4. Quais as providências tomadas com relação à denúncia do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná de maus tratos provocados pelo senhor Enrique Molina contra servidora, e diretora do mencionado Sindicato conforme cópia em anexo?

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 3434

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se transcreva nos Anais desta Casa a reportagem anexa, publicada na edição de 8 do corrente, pelo jornal "Folha de Londrina", a respeito de uma vitoriosa experiência de recuperação de meninos de rua e adolescentes, em Bandeirantes, no norte do Estado.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Aparecido Ribeiro Richter, popularmente conhecido como Doca, é vereador em Bandeirantes, no Norte do Estado, e iniciou um movimento para recuperação de menores de rua, graças ao qual surgiu a já vitoriosa Associação de Recuperação e Educação de Jovens de Bandeirantes.

Com a ação da nova entidade, os pequenos furtos caíram em 80% na cidade, diminuíram o comércio de cola e as brigas de rua, tudo porque os líderes das gangues de menores e seus seguidores decidiram tomar outro rumo - abandonaram os vícios e partiram para o trabalho.

O assunto está retratado com muita fe-

licidade numa ilustrativa reportagem de Edinelson Alves, publicada pela "Folha de Londrina". Por isso, peço a transcrição de seu texto nos anais, com votos de louvor pela iniciativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 593/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR À CRIANÇA, com sede e foro no Município de Tomazina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Valiosos serviços a Associação de Bem-Estar à Criança vem prestando desinteressadamente à população de Tomazina. A Associação em tela, possui personalidade jurídica desde 1986, não remunera a qualquer título sua diretoria e apresentou os demais documentos necessários para que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

Solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis para a aprovação da medida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 594/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSISTENCIA SOCIAL EVANGELICA SHALON BETEL, com sede e foro no Município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima citada, vem prestando serviços desinteressadamente à população daquele Município. A mesma possui personalidade jurídica há mais de um ano, não remunera a qualquer título os participantes da sua administração e apresentou relatório de suas atividades, formalizando assim os requisitos exigidos pela legislação pertinente a matéria.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 595/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Joaquim Távora.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Joaquim Távora, criada em 08 de maio de 1948, no Município de Joaquim Távora, tem prestado com passar dos anos, inestimáveis serviços a comunidade, mediante o atendimento a população carente, em especial à criança e a gestante, pelo que faz juz ao pretendido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa para apreciação dos Srs. Deputados, dois requerimentos de nossa autoria. Um deles versa sobre o pedido de extensão aos municípios do Paraná, sobretudo o Norte do Paraná, no que se refere à prorrogação por 90 (noventa) dias para o pagamento de energia e água, COPEL e SANEPAR.

Neste sentido, ontem, o ilustre Deputado José Tavares, encaminhou requerimento e aprovado por esta Casa, mas pedindo estes benefícios apenas para alguns municípios da região Norte. Nós estamos pedindo a extensão para todo o Norte do Paraná, região que foi atingida recentemente por uma estiagem muito prolongada (O requerimento já foi lido no Expediente e levou o número 3448).

O segundo requerimento nosso versa a respeito da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná. É de conhecimento nosso que só na Capital possui um Batalhão de Polícia Rodoviária com um contingente de 800 policiais. Entretanto, um batalhão é composto de 400 a 500 policiais rodoviários.

Então, estamos pedindo a sensibilidade do Governador e do Secretário da Segurança, para que determinem a criação de um Batalhão da Polícia Rodoviária no interior do Paraná, aproveitando esse contingente existente para que nossas rodovias possam, de fato, ter um atendimento maior. (O requerimento em questão já foi lido no Expediente e levou o número 3436).

Tempos atrás o ilustre Deputado Alborghetti, fez um requerimento pedindo realmente que se criasse uma proteção maior no que se refere sobretudo à região que demanda de Campo Mourão a Foz do Iguaçu, ônibus de turistas seguidamente assalta-

dos.

Nós queremos complementar, pedindo realmente que haja essa sensibilidade do Sr. Governador, determinando que num futuro não muito distante possa criar mais um Batalhão da Polícia Rodoviária no Estado do Paraná.

Acreditamos que esta nossa solicitação vem de encontro ao desejo de todos os Srs. Deputados, porque sabemos das dificuldades que temos todos nós no que se refere a essa segurança tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Nós temos visto constantemente na sociedade brasileira o aumento da violência, essa violência física, psicológica e qualquer um dos fatos serve como motivo. Há uma violência racial em nosso País, uma violência de gênero em relação à mulher, considerada como mais fraca, sendo sempre espancada e para isso é que na semana passada foi votado o centro de convivência que nós propomos. Há uma violência contra os menores.

A violência racial que se coloca é principalmente em relação ao negro. Nós brancos muitas poucas vezes em nossas vidas abordamos essa questão porque parece que não é uma questão nossa, mas sim uma questão de negros, que muitos brancos não consideram como seres humanos.

A nossa sociedade é machista e é racista. Nós somos educados para ver o negro e a mulher como um ser inferior e como objetos. E, no meu entender, cabe a nós que somos designados ou nos designamos como representantes do povo ter a consciência da realidade brasileira, ter a consciência de que a sociedade brasileira é racista e é um racismo sem sutileza, é visível a olhos nus; visível na ausência do negro na publicidade de propaganda na televisão, é visível ao comparar os índices de analfabetismo de pessoas acima de cinco anos. Os brancos são 18% de analfabetos; pretos e pardos, 36,3%. É visível nos cursos superiores quando 91,8% são brancos e os pretos pardos, 2,15%. O rendimento mensal em 87 mostrava que o branco percebe um salário médio de dez mil e seiscentos e quinze, enquanto o negro, quatro mil, trezentos e vinte e seis, e se for uma mulher negra esse salário é de dois mil novecentos e setenta.

Esse racismo, não precisamos botar lu-

neta ou microscópio para poder enxergar que na nossa sociedade cerca de 50% da população é negra.

Quantos negros temos neste Parlamento? Nenhum. Quantas mulheres, para mostrar que a sociedade é machista? Temos uma.

A educação que recebemos é uma educação racista e preconceituosa, porque é feita pela sociedade branca, é feita de uma maneira formal ou informal.

A maneira formal como ela se apresenta pode ser na família, nos livros em algumas escolas. E essa formalidade na educação se mistura com a maneira informal do racismo, como nós temos visto nos últimos "outdoors" que rondam a cidade, da Benetton, onde apresenta uma loirinha como se fosse um anjo barroco e um negro como se tivesse dois chifres.

Essa é uma maneira que passa o racismo pela nossa sociedade. E nós queremos registrar que ela não é de uma maneira informal, ela se coloca formalmente e para isso eu quero ler uma carta de José de Arimatéia Gomes do Fórum das Entidades Negras do Paraná, que foi publicada na Folha de Londrina, no dia 03.12.91.

"O DEMONIO DA BENETTON

Não há dúvida de que a propaganda da Benetton mostra duas crianças: uma representando o demônio - a negra - e outra representando um anjo - a branca. Nisso não há nada de novo, pois foram os teólogos cristãos que alguns séculos atrás pintaram o Inferno parecido com uma senzala e os demônios como sendo negros. Não esqueceram nem mesmo de pintar o Céu semelhante à casa grande e Deus, os santos e os anjos parecidos com os brancos. Toda a visão negativa e pejorativa sobre os negros é daí decorrente, assim como foi o direito de escravizar.

O que está me preocupando é que os cartazes dessa propaganda estão provocando muita polêmica. O mesmo não acontece com outros fatos bem mais discriminadores e racistas, como é o caso do livro O Paraná, de Carlos Renato Fernandes; o livro Assim é o Paraná, de Manoel Luis Amaral; o livro Curitiba, Capital Ecológica, de vários autores. São todos álbuns, sobre as etnias que formam o povo paranaense, mas nenhum fala ou cita os negros.

Mesmo sabendo que somos o maior grupo étnico aqui residente: dois milhões e cento e cinquenta mil. Já a Sra. Hanako Degelman, falando em nome da empresa de turismo, ARAUTUR, para um telejornal local em dia 23/11, disse que entre as precauções daquela empresa para evitar os assaltos a ônibus, consta o cuidado com "as pessoas de cor".

Tudo isso me parece muito ligado: por um lado alguns intelectuais omitem os ne-

gros ao falarem das etnias; por outro, a ARAUTUR nos chama de assaltantes e a Benetton nos pinta, como os teólogos cristãos, com as feições do demônio. Esta é a real visão da sociedade brasileira sobre o povo negro.

O que leva um intelectual a escrever um livro sobre os grupos étnicos e a omitir o mais expressivo destes grupos? E os patrocinadores, neste caso o Banco do Brasil e o BANESTADO, será que não têm conhecimento de que estão custeando a mentira e a segregação? Por que uma multinacional ainda tem que se utilizar de práticas colonialistas para vender os seus produtos? Até quando nós, negros, vamos tolerar tantas perversidades?

José de Arimatéia Gomes
(Fórum das Entidades Negras do Paraná)
Curitiba"

Esta é uma carta de um negro que tem a consciência de sua raça e enxerga nos "outdoors" da Benetton a educação informal que é passada para a sociedade como sendo o negro o demônio, o negro sendo inferior.

Mas eu quero também mostrar aqui que recebi uma carta de uma senhora de nome Nanci Vieira Moreira e que tem uma filha que estuda num escola pública e na qual ela diz o seguinte:

"Curitiba, 25 de novembro de 1991.
Ilmo. Dr. Rosinha.

Venho por meio desta, denunciar um tipo de violência muito fria, sofrida por minha filha Fernanda de 7 anos. Sou oriunda da Cidade do Rio de Janeiro, e como o Senhor deve saber, lá há muitas pessoas da pele de vários tons, sendo minha filha, como eu, negras, mestiças, mulatas, ou sei lá o quê, de acordo com a terminologia racista para encobrir esta indecência velada. Quando minha filha começou a estudar no Colégio Estadual Guaíra, cujo telefone é 224-7923, situado no bairro Rebouças, foi discriminada sendo chamada de vários "adjetivos" que deduzo que o Senhor conheça. Pois bem, dirigi-me à Direção deste Colégio, relatei estes fatos, falei com a professora dela à época, e a Sra. Diretora disse-me que tomaria providências, pois tal!... até hoje minha filha é maltratada pelas crianças "brancas" do Paraná, não tendo sido feito sequer uma campanha de esclarecimento, ou um chamamento de atenção nas crianças. Sei que quanto mais ao Sul, maior é este tipo de violência. Por favor, Dr. Rosinha, me ajude, e também aos vários irmãos, a acabar com esta sem-vergonhice! Inclusive vou tirá-la deste Colégio, mesmo sabendo que não é por aí, mas o que posso fazer? Quem sabe em outro Colégio encontre uma Diretoria melhor voltada para este tipo de coisas?

Um grande abraço."

Esta é a nossa realidade, realidade

esta que muitas vezes este Parlamento faz questão de não enxergar, faz questão de fazer ouvidos moucos. E é esta educação racista e preconceituosa que é feita na nossa sociedade. E esta violência pode ser simplesmente a segregação psicológica, o preconceito, a discriminação no emprego, mas ela pode ser física, e isso mostrou a CPI da Criança em Brasília. A cada dia duas crianças são assassinadas, e destas crianças, em 91, 82% são negras.

Esta violência é o assassinato, é a ameaça de morte, como vem sofrendo o Presidente do PT de Telêmaco Borba, Antônio Carlos de Oliveira. Antônio Carlos de Oliveira, companheiro da raça negra, provavelmente muito mais pela cor que tem, e segundo pela sua grande militância naquele local, foi ameaçado de morte pelo Vereador Valdir Moreira Soares, do PMDB. Indo à Delegacia de Polícia para fazer a denúncia, o Sr. Delegado Benedito Bunieri, por duas ocasiões em que esteve lá, não aceitou a denúncia de ameaça de morte. Queremos lembrar aqui que o Sr. Valdir Moreira Soares, Vereador do PMDB, é o pai de um daqueles meninos que estupraram uma criança, a Graciele, em Telêmaco Borba.

Esta violência que tem na sociedade lá fora, nós, Parlamentares, temos que combatê-la porque senão esta violência penetra neste recinto, quando eu fiz uma questão de ordem dizendo que uma criança estava sendo espancada em frente o plenarinho da Assembleia Legislativa. Naquela ocasião, após a minha questão de ordem, o Senhor Presidente Aníbal Khury respondeu alguns pontos: primeiro disse que o menino não foi espancado; segundo que foi examinado pelo Departamento Médico e nada foi constatado; terceiro que foram retiradas as algemas que prendiam esse menino; quarto que foi encaminhado ao Juizado de Menores; e quinto que tinha ocorrido roubo de três carros nos arredores da Assembleia Legislativa.

Quero dizer o seguinte: O Departamento Médico da Assembleia Legislativa não é o órgão competente para dar laudo médico a respeito de lesões corporais, isto cabe ao Instituto Médico Legal; segundo, se houve roubo e a suspeita fosse aquele menino, nem por isso ele mereceria ser espancado porque uma violência não justifica a outra e segundo porque um ser humano tem o mesmo direito que o outro, e eu não tenho o direito sobre o outro de espancá-lo. E naquela ocasião por ter afirmado que havia testemunhas no caso, eu procurei e há mais de 10 testemunhas na Assembleia Legislativa, e uma dessas testemunhas escreveu-me uma carta de três laudas, que eu peço a atenção dos Senhores Deputados que eu vou passar a lê-la. Recebi como confidencial, pularei alguns trechos da carta, na qual

identifica a pessoa porque eu tenho a absoluta certeza que esta pessoa será ameaçada pelo que escreveu.

Diz a carta:

(Lê)

"Curitiba, 04 de dezembro de 1991.
Prezado Deputado,

São altas horas da madrugada e a minha mente ainda está tomada pelas cenas que presenciei, por volta das 16:00 horas no hall de entrada do Plenarinho da Assembleia Legislativa - Plenário Deputado Gabriel L. Sampaio. Encontrava-me no interior do banheiro, localizado à direita do referido Plenário, quando fui surpreendida por gritos e choros de uma criança que estava sendo espancada por dois seguranças da Casa (Assembleia) e presenciada por mais outro elemento que também deve ser funcionário.

Estou escrevendo esta carta porque não consigo dormir com as horríveis cenas que presenciei e que nunca pensei em presenciar. Fiquei estupefata, sem poder me mover, sem poder falar, sem poder agir. A minha mente não acreditava naquelas cenas. Pedi a Deus que mandasse alguém acudir aquele garoto, que clamava inocência e implorava que parassem. Pelo que pude entender era o menino acusado de um furto de carro, e pelo que, estava sendo, - pela violência física de dois avantajados seguranças, - coagido a confessar. Um dos seguranças era alto, de bigode e cabelos negros, o outro também alto, de cabelos encaracolados e de barba, com cicatrizes no rosto, ambos batiam impiedosamente no menino. Batiam-lhe nas costas com os punhos cerrados, batiam-lhe no abdomen, nos órgãos genitais, apertavam-lhe as bochechas, puxavam-lhe os cabelos, davam-lhe cascos, e o menino chorando e implorando que parassem, pois não tinha nada a ver com furto de carro. Esta sessão de verdadeira tortura parecia não acabar, acontecendo durante uma sessão dos Deputados, que estava sendo transmitida para o local da violência. Não sei o que aconteceu que fiquei imóvel, isto nunca aconteceu comigo. Estou chocada até agora e não consigo dormir, não me perdoo que meu organismo não reagiu. Acho que foi medo, foi pavor... De repente um movimento de pessoas que interviram em favor do menino e todos saíram se xingando, se questionando. Voltou o silêncio, menos a sessão dos Deputados que continuava ativa, indiferente, homens do povo, representantes do povo, indiferentes, votando indiferentes... para eles tudo é indiferente... só o compromisso é diferente... o compromisso não com aquele menino que apanhava sem culpa, que apanhava para confessar o que os seguranças deviam apurar, precisam achar um culpado, mostrar serviço... coitado do menino que se atra-

vessou em sua frente, se não fosse a providência divina, se Deus não tivesse atendido minhas súplicas ele teria confessado. Quem não confessa qualquer coisa sendo espancado, algemado que estava a infeliz vítima, frágil, fácil de ser dominada, de ser violentada, por brutamontes, assegura-dores da "tranquilidade" dos representantes do povo, e vã pancada que o povo já está quase acostumado. Sô não se esqueçam que este povo também pode reagir e daí "representantes do povo" não vai faltar pancada para Vossas Excelências, não vão escolher lugar, tanto faz se for nas costas lisas, no ventre protuberante, no rosto massageado, no "saco" muito bem puxado muito bem tratado, não, não vão escolher lugar para bater, não vão escolher local para bater, pode até ser nesta vossa sala tão aconchegante, sala de sessões, sala das traições, sala de maquinacões, será um palco inigualável para perpetrar a vingança de todas as traições que o povo violentado, representado naquele menino, já sofreu nos últimos tempos.

Caro Deputado, por que me dirijo à Vossa Excelência?

Porque Vossa Excelência registrou o fato durante a sessão. Isso me deu alívio. O vetusto Presidente, dirigente absoluto do Poder Legislativo, se comprometeu averiguar o caso, avisando, no entanto, que foram furtados veículos nas cercanias da Assembléia Legislativa e que poderia se tratar de uma prisão de um meliante. Pois é, o impoluto dirigente legislador é adivinho, e quer fazer entender que os seguranças estão autorizados a usar tortura em casos tais. Não consigo acreditar: uma defesa tão escrachante sem saber de todos os fatos, de toda a acusação...

Quando saí do banheiro encontrei alguns funcionários aflitos, uns falavam que ouviram gritos, outros diziam que não viram e nem ouviram nada. Não é possível! Ficaram estupefatos qual eu ou já estão acostumados à violência de seus colegas "seguranças"! Ninguém vê, ninguém ouve de medo, Senhor Deputado, de medo de ser mandado embora, de ser marcado como delator, ser perseguido, ser violentado como o menino..."

Aqui eu pulo um trecho que pode identificar a pessoa.

"Conheço o trabalho de alguns Deputados. A maioria eu nem conheço são tão poucos que participam da sessão. Gostaria de parabenizá-lo pela coragem de denunciar o fato que ocorreu na minha frente olhando pelas frestas da porta de vidro do banheiro a que já me referi. O Senhor nem imagina o medo que eu tenho, medo de ser descoberta, medo de sofrer a mesma violência que o menino sofreu.

Deputado, eu também tenho medo de me

identificar. Tenho medo que os demais que viram aqueles atos horrendos, mas que, para todos os efeitos, não viram nada. A violência faz a gente ver nada mesmo vendo tudo.

Quando isto vai acabar? Sou covarde? Pode ser. Mas eu gosto de viver e não pretendo ser violentada por aqueles brutamontes acobertados pelos dirigentes daquela Casa. Minha esperança, é a de que um dia isto tudo possa ser apurado. E que os funcionários terão segurança não a segurança dos "seguranças" (aspas do orador) da casa; mas a segurança de que não precisam ter medo de represálias.

Deputado, eu acho que ontem a providência divina interveio na Assembléia Legislativa. E espero que algo de bom venha a acontecer. Um abraço..."

Esta carta veio assinada e por questão de segurança desta pessoa não lerei o seu nome.

Nós, não sô como esta pessoa, queremos também ver o fim de toda a violência. E por isto é que estamos mais uma vez na tribuna para falar da violência em relação ao negro, violência em relação à mulher, violência em relação ao menino e às crianças, a violência em relação à classe trabalhadora, massacrada e espoliada do nosso País, a violência do dia a dia de não se ter comida em Casa, a violência de trabalhar de sol a sol e no final do mês não ter nada a não ser o desespero. E, no entanto, alguns clamam dizendo que a bela Curitiba não pode estar estampada com acampamento na rua XV porque aquilo ali violenta os olhos da burguesia local. Quer mais do que a burguesia faz e fez com a classe trabalhadora brasileira? Quer mais do que a elite brasileira faz e fez com a classe trabalhadora brasileira, que é espoliada e massacrada? Pacote atrás de pacote. E o trabalhador não tem dinheiro para comida, não tem dinheiro para morar, não tem dinheiro para educação. Quer mais do que a violência dos nossos governantes que falam uma coisa durante a campanha e depois massacram os salários, massacram os trabalhadores e botam policial para bater em trabalhador? Quer mais do que a violência que fazem muitos dos Senhores Deputados que prometem uma coisa e depois votam outra aqui dentro contra todos os trabalhadores brasileiros e no Parlamento brasileiro?

Nós do Partido dos Trabalhadores queremos o fim de toda esta violência!

E temos certeza...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DOUTOR ROSINHA - Em seguida. E temos certeza de que o fim desta violência

serão obtido pela própria classe trabalhadora, que tomará consciência e assim lutará pelos seus direitos e tomará seus direitos em suas mãos e se conduzirá pelos seus direitos, fazendo que contenha a justiça neste País. Porque chega de violência, seja nas ruas ou nos palácios ou entre as quatro paredes de uma casa quando se espanca uma mulher, se espanca uma criança ou vendam ou matam negros.

Nós do Partido dos Trabalhadores queremos a independência da classe trabalhadora. E trabalharemos para que a classe trabalhadora tenha consciência para obter esse direito.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu solicito aparte do Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Pela ordem, concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Apenas quando Vossa Excelência fala em violência eu quero atribuir essa violência tanto no campo quanto na cidade, uma das maiores responsabilidades do Partido que Vossa Excelência pertence.

O Partido que Vossa Excelência pertence, não procura buscar soluções através do diálogo, através daquilo que nós conquistamos, que Vossa Excelência não participou desse processo, foi quando nós lutamos contra o Regime de 1964. Vossa Excelência fala da violência implantada, mas se esquece que uma das capitais brasileiras hoje de maior violência é o Rio de Janeiro, depois São Paulo. São Paulo está sendo gerenciada pelo Executivo Municipal por uma pessoa que é Prefeita do Partido de Vossa Excelência.

Então Vossa Excelência não pode querer atribuir, responsabilizar o mesmo que faz aqui com seguranças. Nós sabemos que o PT protege quem invade as Fazendas, o PT tem essa prática de desmoralizar não a burguesia, não Deputado, isto é uma prática imoral, que se coloca no centro de uma Capital, esse tipo de ato jogando a população para a violência. Vossa Excelência acusa o segurança da Assembléia Legislativa, se vocês protegem quem invade aquele que construiu ao longo do tempo, com trabalho, com suor, com sacrifício. Vossas Excelências protegem as favelas das ruas, as invasões das lojas, e vêm atribuir agora ao segurança da Assembléia, quando Vossa Excelência quer também proteger o ladrão, que isso nós não podemos permitir nessa Casa. Está comprovado, o Presidente da Assembléia, a Casa tem cinco mandados de prisões contra pessoas que Vossa Excelência tenta defender.

A Casa não seria tão negligente, de tomar atitude que não fosse justa, porque

nós conhecemos aqui a integridade do Presidente Anibal Khury, e sabemos quem são os seguranças que Vossa Excelência... está nos Anais desta Casa.

Vossa Excelência registrou aqui voto de confiança ao Segurança da Assembléia Legislativa do Estado. Muito obrigado pelo aparte.

O DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência, e quero dizer o seguinte: o PT administra a cidade de São Paulo e muito bem. Lá não há acusação de roubo, de corrupção e de desonestidade como nas administrações de outros partidos.

Mas nós queremos dizer, que a violência que nós colocamos, é a violência que existe na sociedade que é fruto de séculos de opressão, a qual foi submetida a classe trabalhadora...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência apresenta as formas...
(Vozes paralelas).

O DR. ROSINHA - Nós queremos dizer que essa violência é fruto de uma imposição que tem por cegos, de uma imposição onde a elite, a burguesia nacional, só sabe olhar para o trabalhador em dois momentos: um para pedir o voto e para mandá-lo trabalhar e para lhe dirigir o chicote. Fora isso, ele não olha para a classe trabalhadora, ele olha para espoliar e para oprimir. São essas as principais razões da violência. A hora que a classe trabalhadora chegar e estiver no poder e for dona dos seus meios de produção, temos absoluta certeza que isso vai diminuir muito. Não tem como exterminar pura e infelizmente, mas nós temos certeza que vai reduzir em mais de 90% a violência, e entre a violência da propriedade privada, para uns explorarem e espoliarem e a chamada violência, que Vossa Excelência diz de ocupar toda a propriedade, nós defendemos a ocupação da propriedade e defendemos a vida, porque entre a propriedade e a vida já definimos em que lado estamos - do lado da vida do ser humano. Enquanto a propriedade está servindo para roubar muitas e muitas vidas - vejam os estudos econômicos que temos em nosso País. Baixos salários, alta mortalidade infantil; grande concentração de terras, alta morbidade e mortalidade infantil - isso são trabalhos científicos que provam e entre essas grandes propriedades e a defesa da vida nós continuaremos defendendo a vida.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - (Aparte) - Deputado Rosinha, no que diz respeito ao seu repúdio à violência institucional,

tem Sua Excelência toda a minha solidariedade. Eu vi o que o seu pronunciamento principiava nos arquétipos do "outdoor" famoso da Benetton, onde a criança negra recebia os chifrinhos e a loira, os cabelos dos cabelos ondulados dos anjos de inspiração italiana.

No entanto, Deputado Rosinha, eu quero lembrar que a coisa não é tão maniqueísta assim. Na verdade, toda a violência é detestável. Mas, também o que alguns Vereadores do seu Partido, mais o Senhor Doático Santos perpetraram até a madrugada de ontem, no centro de Curitiba, é também uma violência. Eu estava lá na hora em que eles se retiravam. Vi o mar de dejetos que ficou na rua principal da cidade. Fiquei imaginando se o Senhor Fidel Castro permitiria, na praça principal de Havana, de Havana La Vieja (sic), no setor histórico da Capital de Cuba, semelhante disparate. Dava "paredão", aquilo, em Cuba, hein! Porque Cuba é limpinha e organizada. Eu conheço. Não tinha isso, de maneira nenhuma.

Eu quero lembrar mais: que se enganam quando acham que Curitiba pode conviver com semelhante anarquia. A classe trabalhadora, não a burguesia - a burguesia está em Miami, está dentro de um Shopping Center com ar refrigerado - a classe trabalhadora de Curitiba anda na rua. As mulheres do povo, em Curitiba, varrem a rua, de manhã. Lavam a calçada, de manhã. Aquilo que aconteceu na Rua XV é anárquico, é detestável, é reprovável! Aliás o Governador foi escorraçado da Boca Maldita, por manipular Doático e o Samek. Teve que se esconder no Hotel Del Rey na manhã de sábado, porque os curitibanos não toleramos aquilo e não vamos tolerar!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o prazo de Vossa Excelência. Concedido mais um prazo. No horário da Liderança do PT.

O DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção do nobre Deputado Rafael Greca. Quero dizer que os fatos que ocorrem na nossa cidade, de ocupação de terras ou de ocupação de uma via pública para lutar pelos seus direitos, é justamente o reflexo da grande violência perpetrada contra a classe trabalhadora.

Se alguns trabalhadores sujaram uma via pública, nada mais é do que a vingança desorganizada de alguns destes trabalhadores. Porque o trabalhador organizado sabe o que quer e ele sabe pelo que ele luta e sabe também quais são os direitos que ele conquista. Nós, trabalhadores, sabemos o que desejamos. Se alguns daqueles trabalhadores que estavam na Rua XV a sujaram, Rua XV tão amada pelo Deputado Rafael Gre-

ca, pena que ele não ama a periferia da cidade, que em dois anos de administração, Jaime Lerner não inaugurou nenhum Centro de Saúde, que é onde aquela população precisa. Pena que em dois anos embelezou a cidade, enquanto pela periferia da cidade, não dá para andar, em função dos buracos que lá existem! Pena que em dois anos só conseguiu deixar bonito o centro da cidade, enquanto a periferia foi abandonada...

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Rosinha.

O DR. ROSINHA - Um momento. Se ocorre ali alguma sujeira é em função de uma vingança individual... Tã rebelde, Deputado? Tã rebelde? Pega o microfone que aí todo mundo ouve. Não precisa ficar aos prantos e aos berros, assim! Vou com muito prazer. Vou te levar no posto vinte e quatro horas, onde fica-se trinta e seis esperando o horário da consulta!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto à presença de alguns Vereadores do PT na manifestação, nada mais fizeram do que a obrigação e apoiar os trabalhadores que lutam pelos seus direitos! Dizem que a água é por conta da SANEPAR. A água não foi colocada porque o Prefeito entrou na justiça e conseguiu uma liminar para não se colocar a água. Por isso é que a SANEPAR não colocou a água. E é lógico que tem que ir para a via pública para protestar por não ter água! Porque a ausência dela ocasiona inúmeras doenças.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Rosinha, eu gostaria de que às vezes o PT, com quem nós aqui nesta Casa temos tido um convívio muito bom, é que reconhecesse, que tivesse a humildade de reconhecer o que está se fazendo nesta cidade. Não se pode exigir que se faça tudo de uma vez só, mas eu acho que nunca na história desta cidade se fez tantas obras, em especial na periferia, e eu sou a principal testemunha e desafio algumas pessoas que possam contestar a me acompanhar na peregrinação pela periferia da cidade para ver, constatar o que estamos fazendo na periferia. Nós temos os postos de saúde, temos as creches, temos os centros de educação integral, temos os Projetos PIA; ainda hoje pela manhã, com chuva e tudo, lá estava eu no Bolsão Sabará inaugurando mais um Projeto PIA. Então, Deputado Rosinha, eu gostaria que quando houvessem as divergências pessoais, não se procurasse jogar em cima da Prefeitura, em cima do Prefeito Jaime

Lerner, e como consequência atinge a minha pessoa como Vice-Prefeito da cidade, em cima da cidade. Eu acho que a cidade tem as suas deficiências, como São Paulo tem por exemplo, como qualquer outra administração dirigida pelo PT, só que não se pode deixar de reconhecer o que está se fazendo na cidade. E Vossa Excelência, que é um médico, há de reconhecer que hoje Curitiba é um centro de referência em relação à área de saúde, se Vossa Excelência disser o contrário, não está reconhecendo o seu próprio trabalho como médico da Prefeitura Municipal de Curitiba. Para cá tem vindo gente de todo o Brasil, verificar como é que se faz o atendimento primário à saúde na Capital do Estado. Então, eu gostaria, entendendo perfeitamente o seu pronunciamento, concordando em certos itens com o mesmo, para que quando houvesse a divergência pessoal com o Deputado Rafael Greca, não envolvesse a questão da Prefeitura, pela função de que nós reconhecemos, a cidade reconhece o trabalho que vem sendo feito pelo Prefeito Jaime Lerner. Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência. Eu, no meu pronunciamento, falava sobre a questão da violência, e a questão da Prefeitura de Curitiba foi no aparte do Deputado Rafael Greca, que deu a intervenção. Então, eu pretendo dizer que mais uma maneira da violência é a mentira, a mentira é uma maneira de se impor violência à sociedade. Chamar Curitiba de Capital Ecológica, quando todos os rios estão mortos, é uma mentira, todos os rios estão poluídos; dizer que uma administração, que em três anos não inaugura nenhum centro de saúde, está voltado para a prioridade da saúde, é uma violência, porque não é prioridade; as escolas necessitam reformas, dizer que não é violência um achatamento salarial de mais de 150%, na qual nós também, servidores municipais de Curitiba, não temos data base, não é só os servidores públicos do Estado, os do Município também não têm, é uma violência que está sendo imposta a esses trabalhadores. Portanto, quando nós voltamos o nosso discurso contra a violência, é contra a violência institucional da mentira e a violência imposta pela sociedade à questão de gênero, à questão de racismo e à questão de preconceito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra. Deputado Greca não é melhor tomar uma água com açúcar antes de falar?

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando o Justo, cujo aniversário celebramos no fim desse

mês, foi levado à presença de Pilatos, e Pilatos todo ele feito de falsidade, perguntou: "O que é verdade?" O Justo ficou quieto, não respondeu, porque ele era a encarnação da verdade.

Na verdade defensor do Prefeito Jaime Lerner e curitibano eu não devia nem ter me manifestado, devia ter ficado quieto, porque eu lamento profundamente que o Deputado Rosinha tenha olhos para ver e não veja, tenha ouvidos para ouvir e não ouça. Tenha a possibilidade de percorrer a cidade, pagando uma só passagem de ônibus, no Interbairros, 1, 2, 3, ou 4, no ônibus Ligeirinho, nos ônibus Expresso, no Circular Centro, ou depois das 10 horas da noite até às 2 horas da manhã, com parada livre, ele mesmo pilotando o motorista, o transporte coletivo meio que se transformando em individual, e não perceba as 120 escolas da periferia de Curitiba, que matriculam 90.000 crianças da classe trabalhadora. Não perceba os 60 postos, Centros de Saúde da periferia da cidade. Não perceba o laboratório de análises clínicas e exames que arma a Prefeitura com recursos da Organização Mundial de Saúde, no coração da antiga favela do Parolim, agora transformada em Vila Parolim, vai ser um centro de diagnóstico de qualidade superior, ao que se faculta à dita burguesia da cidade, no Hospital Nossa Senhora das Graças, aqui no coração de Curitiba. Lamento que Sua Excelência não perceba os 52 postos de troca de lixo por vale-transporte, de troca de lixo por comida. Lamento que Sua Excelência não perceba os 18 postos que vão abrir agora, sábado, de postos de troca de lixo por presentes de Natal, para as famílias da classe trabalhadora. Uma cesta de Natal para cada família, em troca de lixo que não é lixo. Brinquedos para as crianças das favelas trocados por lixo que não é lixo! Não há lugar no mundo onde haja um sistema de apoio social tão civilizado como Curitiba! Clínica Odontológica aberta a noite, posto de saúde 24 horas, nem em Helsinki, na Escandinávia tem coisa semelhante!

Na verdade o Deputado Rosinha falou uma única coisa verdadeira, no seu discurso, os rios da cidade estão mortos. Alguns deles. Mas os rios podem voltar a viver. E até isso a administração Jaime Lerner pensou! Foi assinado um Convênio com o Banco Mundial, o dinheiro será repassado para a Sanepar e para o IPUC e a partir do ano que vem haverá a possibilidade da ressurreição dos nossos rios.

Na verdade nada justifica o ato anárquico, intempestivo, grosseiro, de violência contra a população curitibana perpetrado pelos fantoches do Governante, na frente do Palácio Avenida, felizmente ontem encerrado! Havia mesmo possibilidade

de cidadãos, que moram na Cidade, que já ameaçavam tacar fogo naquelas barracas para ter a possibilidade da perspectiva do direito de ir e vir da rua reasssegurado.

Eu quero consultar Sua Excelência o que que nós acharíamos, por exemplo, se a fachada da loja de lingerie de D. Maristela de Mello e Silva, senhora do Governador fosse ocupada por um cenário macabro, semelhante aquele! Se a Loja Nacional, na frente da Clínica São Vicente, que também é da família do Governador, fosse ocupada por um cenário macabro semelhante aquele. Nada justifica aquele acampamento! É preciso coragem de não concordar com aquilo!

Aliás citando um pensador muito admirado pelo Deputado Anibal Khury: "o mundo só vai melhorar," como disse Disraeli, "quando os homens de bem tiverem a mesma coragem dos canalhas." O que foi feito na Rua XV jamais seria admitido em Havana, La Vieja, no centro de Cuba! Nem o Fidel Castro aceitaria aquilo! Aquilo é anárquico, grosseiro, prática de comunista do Golfo de Bengala! Tem que ser varrido do mundo no remoar do 3º milênio. Não tem nenhum sentido esse tipo de reivindicação. E a história de tentar pintar o Prefeito Jaime Lerner como um "Herodes Ecológico" que vai sair matando criancinhas porque nega copos d'água para elas porque elas estão com sede, é a mais sordida manipulação da miséria que já se viu. Jamais houve um Governo Municipal no País com tanta obra dentro da estrutura social. O Bairro Novo é a prova disso, o acampamento oferecido aos invasores é prova disso. É vergonhoso tentar pintar o Prefeito Jaime Lerner como um "Herodes Ecológico". Herodes são esses que quiseram matar o nosso Natal, que quiseram matar os inocentes, que iam tecer seus solos de esperança no ponto de encontro que é o coração da Cidade que é a Boca Maldita.

Aliás, eu fui procurar minha medalha de cavaleiro da Boca Maldita, estou com ela no bolso, vou levá-la no meu bolso no jantar da Boca amanhã e se o Anfrísio insistir em condecorar o Sr. Doático Santos, eu que ganhei essa medalha de Cavaleiro da Boca Maldita aos 18 anos por ter escrito um livro sobre Curitiba, vou me levantar e vou devolvê-la ao Sr. Anfrísio Siqueira, porque não quero fazer parte de nenhuma confraria onde semelhante malfeitor tenha sido aceito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Horário das Lideranças
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício subscrito pelo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, constante do expediente, comunicando a invasão de pessoas na área denominada Ferroviária. A Diretoria Legislativa para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando abono de faltas no período de 02 a 05 de dezembro do corrente ano, em virtude de tratamento médico, conforme atestado. A Diretoria Legislativa para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente, solicitando abono de faltas nos dias 11 e 12 do corrente mês, por motivo de exames médicos com sua esposa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em nº de 03 (três) de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 312/91. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de lei nº 570/91. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Annibelli, acima aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que acrescenta Subtítulo e Memorial Descritivo ao Perímetro Urbano, SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 162 de 4.12.91).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO (do Projeto de Lei nº 441/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/91, que aprova o Plano Plurianual para o período 1992/95, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. Com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Apreciar neste turno o SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado.

Retorna à Comissão de Orçamento para a Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 78/91, que dispõe sobre o Orçamento Fiscal, o Orçamento Próprio da Ad-

ministração Indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista para o exercício financeiro de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. Com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Apreciar neste turno o SUBSTITUTIVO GERAL e as EMENDAS SUBSTITUTIVAS n°s 01 e 02 referente às EMENDAS 588, 754 e 778/91.

Em votação o Substitutivo Geral sem prejuízo das emendas aprovadas na Sessão de ontem. Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão.

O SR. ERNANI PUDELL - Com os votos contrário da Bancada do PT, favoráveis à Emenda.

O SR. MARIO BEZERRA - Idem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está anotado.

Emenda de n° 01, já aprovada na sessão de ontem.

Aprovada.

Emenda de n° 02, aprovada na sessão de ontem.

Aprovada.

O Projeto retorna à Comissão de Orçamento para redação final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 436/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a Associação "Grupo 90" com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 512/91, de autoria do Deputado JOÃO BATISTA DE ARRUDA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste, os lotes que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 535/91, de autoria do Deputado TADEU LÓCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 539/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 123/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme especifica. Com

PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 541/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 125/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$150.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 540/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 540/91, que fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00, aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 542/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 126/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 544/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 128/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões e quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 547/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 131/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.597.000,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 132/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 aos vigentes orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, da Fun-

dação Universidade Estadual de Londrina e Fundação Faculdade Estadual de Cornélio Procopio e o orçamento de investimento do Instituto de Tecnologia do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 134/91, fica autorizado o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial Estrada de Ferro do Paraná Oeste, que passará a ser uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 555/91.

O artigo 3º, passa a ter a seguinte redação:

"O ramo de atividade da FERROESTE será de construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais por concessão de autoridade competente, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral.

Sala das Sessões, em 10.12.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamento: Colombino Grassano, Cezar Silvestri, Rafael Greca de Macedo, Albino Corazza, João Iensen, Dalton Machuca, Heinz Herwig, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Existem no sistema econômico das atividades comerciais que são exercidas há longos anos por empresas especializadas.

Com essa emenda a FERROESTE fica perfeitamente identificada com suas reais finalidades, e atenderá os objetivos propostos pelo Governo Estadual.

O Projeto retorna à Comissão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero comunicar a Vossa Excelência, à Mesa e aos Senhores Deputados, que os itens 14, 15 e 21, que constam sem pareceres, já receberam parecer da Comissão de Constituição e Justiça e já estão em condições de serem apreciados pelo Plenário.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/91, de autoria do Deputado CARLOS SI-

MOES, que dispõe sobre a remuneração, pelo Estado, de advogados dativos, conforme específica. Sem PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 89, de 05.08.91).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 293/91.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, com referência ao Projeto de Lei nº 293/91, apenas requereria a Vossa Excelência que interpele o Poder Executivo para que cumpra o que determina a Lei Complementar nº 55/91, que determina que em 180 dias o Poder Executivo enviaria mensagem regulamentando a Defensoria Pública do Paraná, cujo prazo expirou em agosto deste ano, e até o momento o Governador do Estado do Paraná não teve interesse em regulamentá-la. Medida fundamental para a democratização do acesso à Justiça aos carentes e necessitados.

Pedimos a Vossa Excelência que envie um expediente ao Governador do Estado cobrando que ele envie esta mensagem, conforme determina a Lei Complementar nº 55.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência encaminhe à Mesa requerimento a esse respeito.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/91, de autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI e Deputado ALGACI TOLIO, que regulamenta o art. 205 da Constituição Estadual, que destina 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. Sem PARECERES. REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 90, de 06.08.91).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/91, de autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 9370, de 13 de setembro de 1990. (Município de Mercedes). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA nº 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 508/91

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei nº 508/91, de autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, que pretende alterar a redação do art. 1º da Lei nº 9730, de 13 de setembro de 1990, que criou o Município

de Mercedes, desmembrado do Município de Mal. Cândido Rondon.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

Do ponto de vista legal, como se trata tão somente de retificação da área do Município a fim de atender à solicitação feita pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através do Ofício DGC/DETRE nº 12/91, que especificou nova área territorial do município, bem como seus limites, nada há que obste sua aprovação.

Desta forma, manifestamo-nos favoravelmente à tramitação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões em 05.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 533/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e outros, que prorroga o prazo de que trata o Art. 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o § 1º do Art. 1º da Lei Federal nº 8214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA nº 156, de 26.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 533/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Albino Corazza, o presente projeto de lei visa prorrogar o prazo de que trata o Art. 7º da Lei Complementar nº 56/91, até o dia 1º de maio de 1992, em conformidade com o § 1º do Art. 1º da Lei Federal nº 8214/91.

Analisando o aspecto legal e constitucional, a presente matéria não conflita com a Constituição Estadual ou com a Lei Complementar nº 56/91, que regem a matéria.

Assim sendo, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que isenta o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA nº 157, de 27.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 536/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Serviços - ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontra que possa impedir a normal tramitação deste projeto pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta seu parecer favorável à aprovação do referido projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 536/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que torna sem efeito a punição determinada pelo Sr. Governador aos Servidores Públicos que não assinaram o Ponto no dia da manifestação de protesto realizada em 26 do corrente. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA nº 158, de 28.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 553/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, embora seu elevado sentido social e humano, não pode ter o condão de tornar sem efeito ato essencialmente administrativo (Despacho do Executivo), tarefa do Judiciário. Veja-se

o art. 54, XXVI, da Constituição Estadual.
É inconstitucional.

Sala das Sessões, em 29.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o COLEGIO LACERDA BRAGA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA nº 162, de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 569/91

P A R E C E R:

Por se tratar de Colégio onde o conselho não é, bem como isento ou taxa.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 3432, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3443, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3427, 3428, 3429, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3430, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3433, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3434, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3436, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3442, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3431, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno. Requerimento de nº 3444, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3399, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior.- Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação. Se Vossa Excelência o deu como aprovado, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É ato de deferimento da Mesa. A Mesa vai estudar, em seguida, se for o caso, vai deferir.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós iremos votar contra esse requerimento do Deputado Mário Bezerra, porque as informações por ele solicitadas já se encontram em nosso poder e nós faremos chegar às mãos do Deputado, não havendo razão para aprovarmos esse requerimento.

O SR. MARIO BEZERRA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, eu não sei que respostas o Líder do Governo tem, mas o objetivo do meu requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é só saber qual a participação do BANESTADO a nível de ações, como acionista, ou seja, o Governo dentro do BANESTADO, é só isso que quero saber. Eu não sei se o que o Deputado Orlando Pessuti tem em mãos vai preencher aquilo que nós queremos saber.

Então eu gostaria de ter a compreensão do nobre Deputado Pessuti para que os Deputados que compõem a Bancada do Governo aprovem meu requerimento. Se o que Vossa Excelência tem em mãos suprir aquilo que estou pedindo, eu fico satisfeito, mas que aprovem o meu requerimento, eu faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a Verificação de Votação.
15 Senhores Deputados APROVAM.
27 Senhores Deputados REJEITAM.
Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de nº 3410, de autoria do

Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3387, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3405, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3384, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3389, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3448, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3398, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

Voto contrário da Deputada Emília Belinati e Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. MARIO BEZERRA (Pela Ordem) - Como sugestão a Vossa Excelência, que colocasse em votação, para que os Deputados que estão apoiando a Deputada Emília se manifestassem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Inês, já é morta.

Em minhas mãos, algumas notas taquigráficas do pronunciamento feito pelo Deputado Dr. Rosinha. As notas taquigráficas estão incompletas. Não sei o que houve com o serviço de taquigrafia, então devo responder ao Deputado amanhã.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Gostaria de comunicar à Casa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Lei que regulamenta o artigo 132 da Constituição Estadual, que prevê "royalties" ecológicos para os municípios de área de manancial, de parques e praças, recebeu hoje o decreto de Sua Excelência o Senhor Governador Roberto Requião, portanto os municípios que se enquadram dentro da lei aprovada por esta Casa, e sancionada e regulamentada pelo Executivo Estadual no ano de 1992 já terão direito aos "royalties" ecológicos, significa dizer que o município, como exemplo, Piraquara, que fornece a água para Curitiba e a região metropolitana em sua grande parte receberá "royalties" pela manutenção da qualidade da água.

O município que não pode industriali-

zar o seu parque para manter área de manancial, receberá uma contrapartida. É um novo momento econômico do Paraná. Aqui, o Paraná dá prioridade pela qualidade de vida em favor da natureza e, com certeza, o Paraná dará exemplo do Brasil para o Mundo, na ECO-92.

Meus parabéns ao Governador pelo Decreto. Mas mais do que isso, os meus cumprimentos aos Senhores Deputados que nos ajudaram, aprovando esta Lei. Mais: aos membros do ITCF, SUREHMA, Secretaria da Fazenda, Procuradoria Geral do Estado, porque deu o seu parecer favorável, enfim, a todos aqueles que não mediram esforços para que este sonho se tornasse uma realidade, merecem os nossos cumprimentos. E o Paraná, como já disse, é uma Lei inédita para o Brasil, porque aqui se dá prioridade para a indústria e para o crescimento econômico, mas também se divide uma parte do bolo tributário para a preservação da natureza. Os meus agradecimentos aos assessores, a Raginda, o Elson, a Rita, a Cleusa, a todos aqueles que nas comissões internas da Casa nos ajudaram, como já disse, aprovando nas comissões e no Plenário, e ao Governador pela sanção e por este sonho se tornar uma realidade.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu entendo o entusiasmo do nobre Deputado Neivo Berardin. Entretanto, as coisas não são bem assim, porque se nós formos atrás dos ecologistas, daqueles que defendem o meio ambiente, daqueles que são contra a industrialização em diversos municípios, nós vamos ter as ruas de Curitiba cheias de menores abandonados, nós vamos continuar tendo Curitiba como o desaguadouro natural daqueles miseráveis que moram nos municípios vizinhos, e que por falta de condições econômicas dentro desses próprios municípios não conseguem emprego e têm que vir à Capital viver do subemprego.

Então, essas coisas nós precisamos ver na prática como funcionam, porque se nós deixarmos tudo nas mãos dos técnicos da SUREHMA acaba a indústria e acaba o comércio e vem a falência dos industriais.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de dizer ao nobre Deputado Erondy Silvério que o exemplo que acaba de dar, que é Piraquara, que não pode industrializar o seu parque porque tem que manter os mananciais de preservação de água porque a água, Deputado Erondy, é a fonte da vida e, preservando a natureza, com certeza, viveremos mais. Se Vossa Excelência tivesse alguns anos a menos, com certeza faria um outro discurso, desculpe-me.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para solicitar a compreensão de Vossa Excelência no sentido de que tenhamos na Ordem do Dia de amanhã, já que houve manifestação da Comissão de Justiça, e amanhã haverá a reunião da Comissão de Agricultura, o Projeto que institui a Lei Agrícola Estadual, o Projeto nº 246/91, bem como, também, nós consultamos a assessoria da Mesa para que traga até Vossa Excelência para que também possa ser colocado na Ordem do Dia o Projeto de nossa autoria que modifica o Fundo Agropecuário Estadual, pois nós sabemos que existe há muitos anos no Paraná o Fundo Agropecuário do Estado. E por recomendação da Secretaria da Agricultura e do próprio Banco do Estado, nós propusemos algumas alterações: este Projeto veio a Plenário, foi votado em 1.ª discussão, recebeu emendas em 2.ª discussão e há mais de 40 dias foi retirado da 2.ª discussão e não retorna para ser apreciado por este Plenário.

Portanto, eu solicito que Vossa Excelência determine a assessoria, providências com referência ao Projeto que modifica o Fundo Agropecuário Estadual e que institui a política agrícola do nosso Estado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero comunicar a Vossa Excelência e solicitar aos Senhores membros da Comissão de Constituição e Justiça que a nossa reunião prossegue depois da Sessão Plenária porquanto é grande o volume de matérias a serem apreciadas a fim de que amanhã possa Vossa Excelência colocar na Ordem do Dia os projetos importantes que deverão ser votados até o final desta Legislatura.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 165 e 503/91;

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 312/91;
do Projeto de Lei nº 508/91;
do Projeto de Lei Complementar nº 533/91;
dos Projetos de Lei nºs 536, 553, 569, 570, 246 e 247/91;
e do Projeto de Resolução nº 062/91.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA; FOI A PROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GERALDO CARTARIO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1991.

Gangues Juvenis baixam as Armas em Bandeirantes

Edinelson Alves
Da Editoria de Reportagem

Cheirar cola de sapateiro, fumar maconha, praticar pequenos furtos, depredar o patrimônio público e se envolver em brigas de rua: essa era a rotina de alguns dos mais de 70 adolescentes de Bandeirantes, no Norte do Estado, de idade entre 13 e 17 anos, membros de gangues que aterrorizavam a cidade de pouco mais de 40 mil habitantes.

Alligator, Zoinho, Arapongas e Boca entre tantos outros menores tinham tudo para alçar vãos mais perigosos na escalada do crime. Esses adolescentes têm muito pontos em comum: são pobres, moram na periferia da cidade, são semi-analfabetos e a maioria abandonou a escola, enfrentam problemas em casa e aos poucos foram trocando o dia pela noite. Os mais atirados chegaram a ter várias passagens pela Polícia por furtos e uso de drogas.

Para provar que eram atualizados em práticas criminosas, um deles chegou a ironizar o destaque que vem sendo dado nos grandes centros devido a crescente onda de roubos de tênis de marcas famosas de escolares. "Isso aí a gente já fazia por aqui há muito tempo e quando a burguesada aparecia com um tênis novo, de marca famosa, era a maior disputa para ver com quem ficava o pisante macio" confessou.

Exímios dançarinos de Break e Funk, usavam o tênis como ornamentação das roupas e dos cabelos extravagantes. Ter um tênis de marca famosa no pé, explica M.R.T., era também uma forma de entrar no mundo da moda, de se vestir igual aos "filhinhos de papai da cidade e chamar a atenção das meninas que moram perto da gente".

Mas as gangues nem sempre conseguiam a "mercadoria" pretendida numa boa. "Quando o cara entendia que a da gente era só levar o tênis, tudo bem; agora se ele desse uma de difícil aí a gente arrepiava e tomava na marra" diz M.R.T. que nem consegue se lembrar de quantos pares de marcas famosas foram roubados pelo seu grupo em Bandeirantes.

S.M.L. de 17 anos, nem sabe como entrou nessa. Começou andando com a turma do Banca e conta que aos poucos foi trocando o dia pela noite. Parou de estudar e

foi "caindo na vida" com tudo o que às mãs companhias ensinam. Da simples vadiagem de rua aprendeu a cheirar cola e como outros meninos também ficou viciado.

A necessidade era tanta que diz ter sido forçado a participar de alguns furtos. A dependência aumentou o consumo da cola de sapateiro e ele faz uma declaração que comprova o exagero do vício desenfreado: em 5 eles chegavam a cheirar mais de 30 latas de cola por mês. Para quem não conhece o submundo dos viciados esse número parece um pouco exagerado, mas em Bandeirantes (como também em outras cidades) existe o caso de um menino de 12 anos, que terá de ficar por mais de um ano internado em Curitiba de tanto que a química afetou o seu organismo. Sua mãe está desesperada porque alguns sintomas, segundo os médicos, são irreversíveis.

Com o tempo trocaram a cola pela maconha e partiram para outras práticas. "Sem ter dinheiro para comprar" a gente chegou a arrombar residências levando roupas, sapatos e outros objetos. S.M.L. daí que ficou sabendo do caso de um menor que foi baleado pela Polícia em Santa Mariana. "Mas o nosso grupo sempre agia de mãos limpas, nunca usamos armas e nem fizemos nada assim de mais grave" justifica.

Além das residências conta que "visitavam" sempre os supermercados e outras casas de comércio para conseguir mercadorias que dariam posterior negócio na venda ou mesmo na troca por cola ou maconha. S.L.M. passou por quase todas as gangues juvenis de Bandeirantes e diz que quando não tinha outra alternativa os menores se afundavam no álcool com muitas bebedeiras.

"Quando a burguesada aparecia com tênis novo havia disputa"

Ele não se esquece de uma das vezes que caiu nas mãos da Polícia: "Foi um horror, apanhei que nem cachorro, foram muitos murros na boca do estômago e chutes nas costas". A situação diz S.M.L. se complicou. "Os meus pais descobriram aquilo que eles desconfiavam, a partir daí eles não acreditavam quando eu dizia que havia passado a noite dormindo na casa de um amigo".

Mas nem todos os membros das gangues chegaram ao fundo do poço. Alguns trabalhavam e mantinham uma vida quase normal. Este é o caso de C.V., de 17 anos, que não tem nenhuma passagem pela polícia. "O nosso negócio era só bagunçar e nem todos eram a fim de drogas. Numa cervejinha e pinga a moçada era chegada."

- Por que você entrou nessa de gangue de rua?

- Tudo começou porque uns colegas que moravam lá na vila apanharam duns bacanas

que se aproveitaram porque eles estavam sô em três. Pra vingar a gente juntou uma turminha e partiu pra cima dos caras. Foi porrada pra todo lado e a partir daí até por uma questão de defesa a gente passou a andar juntos".

E quando se fala em briga de rua em Bandeirantes o nome mais citado é o de Arapongas ou João Martins da Silva, 19 anos. Morador da Vila Orlando ela era o líder de mais de 20 adolescentes. "Eu me sentia valorizado dentro da gangue e a gente era muito unido principalmente quando surgia uma briga que envolvia um dos nossos".

Arapongas faz questão de dizer que não tem problemas em casa e que sua mãe se esforçava ao máximo para comprar as coisas que ele queria. "Ela trabalha também em levar romeiros para Nossa Senhora Aparecida e acho até que fez muitas promessas para eu mudar. O problema é que eu sempre queria fazer as coisas do meu jeito".

Mas quem liderava a maior gangue da cidade era Alligator ou Aldivar Gomes da Silva, de 18 anos. Um nome que botava medo nos jovens de Bandeirantes e que também era muito respeitado entre as gangues. Moreno, forte de voz mansa conta que tudo começou em sua vida aos 14 anos quando morava na Vila IBC. Com a dança foi conhecendo outros adolescentes que um dia lhe ofereceram cola.

A partir daí Alligator diz que entrou num mundo de fantasia e acabou tendo até passagens pela Polícia, mesmo sendo menor de idade. Ele confessa que um dos motivos que o levou ao vício, aos pequenos furtos e as brigas com a "burguesada" é porque se sentia discriminado. "A gente que morava na vila não tinha vez em nada. A discriminação dos ricos contra os pobres é grande, e o meu caso ainda era pior porque eu sou negro. Então essa moçada gostava de humilhar e era por isso que a gente se estranhava".

A exemplo de Arapongas, Alligator diz que como líder de sua gangue se sentia valorizado e havia um pacto de união onde um procurava ajudar o outro em qualquer circunstância. "Já que a gente não era aceito no meio do pessoal que mora no centro da cidade, pois sempre viam a gente com olhar de indiferença, então criamos o nosso grupo onde a convivência fazia bem, pois todos eram iguais".

Mas um roubo de cola e ferramentas em uma pequena marcenaria, em dezembro do ano passado, ao invés de virar mais um caso de Polícia acabou sendo uma grande oportunidade para que os menores mudassem a vida. O proprietário da marcenaria, Aparecido Ribeiro Richter (o Doca) descobriu, percorrendo a periferia da cidade que a gangue de Zoinho era a responsável pelo rou-

bo.

"Consegui chegar a ele e disse que a cola tudo bem, mas que me devolvesse as ferramentas, pois sem elas inviabilizava o meu negócio. Em contrapartida, prometi ajudá-los. Zoinho concordou em entregar as ferramentas mas se manteve arredio. Bastante desconfiado, só depois de alguns dias aceitou ir até a minha casa para uma primeira conversa. Chegou com 5 companheiros e foi logo perguntando se eu não tinha esquema com a Polícia" contou Doca que também é vereador em Bandeirantes.

"Minha mãe fez muitas promessas pra eu mudar de vida"

A conversa com Zoinho, líder de uma das gangues foi no sentido de oferecer-lhe apoio para que mudasse de vida, deixasse o vício e iniciasse no trabalho. "Eu sabia dos meus riscos, por isso avisei o juiz e o delegado da pretensão de auxiliar esses jovens que estavam naquele momento desorientados. Um dos menores tempos depois me contou que se eu estivesse usando eles como isca para a Polícia, quem iria sofrer as consequências era o meu filho com um possível sequestrado de represália. Com o tempo foram pegando confiança e compreenderam que eu só queria ajudá-los".

O propósito de Doca deu certo. Com muita psicologia e conversa, aos poucos foi ganhando a confiança de Zoinho e seus seguidores. E o que é melhor: os menores começaram a mudar de vida, entendendo que com os vícios, os pequenos furtos e a vadiagem, infelizmente, com o passar dos anos, teriam um triste destino: o fundo de uma cela na prisão.

Zoinho gostou da oportunidade de mudar de vida que convidou os líderes de outras gangues para participarem das reuniões semanais na casa de Doca. Alligator conta que quando foi contatado pela primeira vez, achou que tudo não passava de uma armação para prender todos juntos. Mas ele foi lá, conheceu, gostou e também decidiu deixar a vadiagem, incentivando também os seus seguidores.

"Quando ele saía de casa pensava que nunca mais ia vê-lo"

O resultado não poderia ser melhor. Em menos de um ano de atividades o trabalho isolado do vereador Doca provocou uma revolução no meio das gangues juvenis. Hoje são quase 50 jovens que estão integrados na Associação de Recuperação e Educação de Jovens de Bandeirantes. E o presidente do grupo é o próprio Alligator, um dos primeiros a arrumar emprego, e que tem consciência da importância de ser agora um bom exemplo para os demais.

"Com o trabalho do Doca junto à Associação, graças a Deus pude entender que tudo aquilo que a gente fazia não leva a nada, é coisa de quem não tem juízo. Tudo mudou na minha vida e a minha família me vê agora de um outro jeito" diz o ex-temido Alligator. O outro líder Araponga também deixou a rua e elogia dizendo que quer se afirmar numa profissão e pensa também em voltar a estudar. Essa mesma mudança aconteceu para M.R.T., S.M.L., C.V e tantos outros jovens de Bandeirantes. Cola, maconha, pequenos furtos e brigas para eles são coisa do passado.

Doca, o coordenador dos menores explica que a relação entre ele e os jovens aconteceu naturalmente, na medida que aumentava a confiança deles na proposta de ajudá-los. Os mandamentos do iniciante na Associação são: 1º não roubar; 2º evitar as drogas; 3º não extorquir os escolares.

Para se ter idéia do que representou para Bandeirantes o surgimento desta Associação, basta conferir os números com o delegado Valter Martins Lemos. "Nos últimos meses os pequenos furtos diminuíram em 80% na cidade e eu não tenho dúvida que essa queda está vinculada com o trabalho do vereador Doca. O que é verdade tem que ser dito: o que ele está fazendo sozinho é de competência das autoridades, só que infelizmente ninguém faz nada para ajudar."

"Infelizmente não temos recebido nenhuma ajuda"

Para comprovar a mudança de comportamento desses jovens, é só conversar com os seus patrões. "O Alligator é o número 1 aqui em termos de trabalho. Tanto que eu já dei a ele o cargo de fiscal da turma por ser exemplar e cabeça no lugar, tanto que dá conselho aos outros jovens. Se ele continuar assim vai subir juntamente comigo" diz Jorge Sagas, um dos proprietários da Fotográfica Sagae.

Quem fala com entusiasmo de seus contratados é José Aparecido Martin (o Zito) gerente do supermercado da Coopercana. Com ele trabalham os pacoteiros Tony Rogério de Souza e Clodoaldo Modesto, que antes eram membros das gangues. "Aqui eles não dão o menor trabalho. Pelo contrário, trabalham com dedicação e são obedientes merecendo toda a confiança que depositamos neles". Zito diz que até os clientes procuravam passar pelos caixas deles para dar uma força.

As mães são as mais felizes com as mudanças dos filhos. Dona Isaura Campos de Souza, mãe de Tony, antes mesmo de começar a falar sobre a mudança do filho já começa a chorar.

"Vocês não sabem o que sofri com esse menino. Quando ele saía de casa eu pensava

até que nunca mais ia ver ele vivo, pois passava até mais de dias sem aparecer. O dia que ele contou que tinha achado emprego, nos abraçamos e choramos. Nem parecia verdade. Todos os dias agradeço a Deus pela mudança dele e também a Associação de Menores, que para mim foi a melhor coisa que já aconteceu aqui em Bandeirantes".

Mas as mães dos jovens que eram vítimas das gangues também estão mais tranquilas. "Essa cidade tava virando um inferno. A gente não tinha sossego com os filhos. Cada dia era um que chegava em casa assustado pela perseguição das gangues. Se meu filho me pedia Cr\$ 3 mil tinha que dar Cr\$ 6, pois a metade os outros tiravam dele. Sem contar que tomavam relógio, tênis e outros objetos. A paz voltou novamente" atesta dona Maria Helena Dias Macias, mãe de três jovens.

Para levar à frente o seu trabalho, o vereador Doca diz que precisa de apoio da comunidade, principalmente dos empresários para conseguir trabalho a outros jovens. Através da Associação cerca de 15 já estão empregados. "Mais isso é pouco, e o trabalho é parte importante da recuperação. A sociedade precisa de conscientizar de que o menor envolvido com drogas também é um problema que diz respeito a ela. E se esses menores estão mudando de vida, isso é mérito deles, resultado da força de vontade de cada um, pois infelizmente não temos recebido nenhum apoio nem do poder público" critica o vereador.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON JUSTUS, EM SESSÃO DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1991.

Do interesse à calúnia:

E um pecado defender o Paraná?

Nelson Justus

Na verdade, infelizmente, o Paraná está fadado a ser um Estado de quarta categoria - quando pelo seus méritos, pelo trabalho honesto de sua gente, pela sua produção, pela sua tradição, o Paraná é um Estado orgulho do Brasil e celeiro do nosso País.

E por que me atrevo a fazer aquela afirmativa?

Porque, lamentavelmente, quando alguma suspeita é levantada contra um paranaense -, suspeita muitas vezes motivada por interesses escusos daqueles que sempre exploram o povo e a Pátria, o paranaense é o primeiro a lançar lama sobre nomes honestos, que buscam o bem-estar do povo, e que até sob paixão paranista, olham com simpatia e com mais confiança, aqueles que aqui trabalham.

Confirma-se então, cada vez mais, aquela famigerada estória do inferno para-

naense, de onde ninguém consegue sair, porque NOS mesmos não deixamos.

Confirma-se também a realidade de Cristo: "Ninguém é profeta em sua terra", e por isso Ele foi desacreditado por seus contemporâneos.

Será possível que nós, que nos ufanamos em vestir o manto da honestidade, também não nos incomodemos com os descabimentos verdadeiros que acontecem no resto do País?

Será a nossa guerra apenas contra os paranaenses, porque eles ocupam um lugar que nós gostaríamos de ocupar, e não conseguimos competência para tal?

Será um pecado defender o Paraná?

Refiro-me aos ataques precipitados, infamantes e caluniosos que são dirigidos ao nosso Ministro Alceni Guerra.

Sem dúvida alguma, nos bastidores destes ataques, existe toda uma gama de interesses escusos, aos quais o Ministro não quis servir.

Sem dúvida, alguma verba astronômica que foi exigida, para silenciar bocas maldosas e caluniosas, que infelizmente dominam a opinião pública, e a cuja chantagem o ministro não se submeteu!

Sem dúvida alguma, querem tirar o Paraná do mercado nacional, não nos dando o direito de concorrer com igualdade!

São palavras do Ministro Alceni Guerra: "Eu não privilegio o Paraná, mas jamais deixarei que o Paraná seja prejudicado!"

O paranaense parece que não quer sair do "jardim de infância" da política brasileira.

Aqui não se morre de AIDS ou do cólera: morre-se de fofoca.

Disse um vereador que "os curitibanos se envergonham de Alceni".

Mentira deslavada!

Vergonha devem sentir os paranaenses, quando - sem pesquisa, sem argumentos, sem o mínimo conhecimento de causa -, buscam jogar lama sobre a honra de homens que conhecemos, e que há tantos anos trabalham pelo bem da sociedade.

Estes falsos moralistas, dizem-se defensores da moralidade, e chafurdam qualquer argumento para caluniar. Podem até convencer as massas por algum tempo, mas os dias correm, e sobre eles cairá a marca odienta e desprezível daquele que calunia.

Porque, no fundo de toda calúnia, existe sempre o interesse pessoal.

No cerne de toda infâmia, o caluniador receberá - como Judas - suas 30 moedas!

Cristo, ao se dirigir aos fariseus - que se diziam e se propalavam honestos, disse: "Sepulcros caiados! Raça de víboras! Brancos por fora e podres por dentro!"

E de Judas, Cristo teve sua mais dura sentença:

"Bem melhor que não tivesse nascido!"

O caluniador é repugnante, porque - visando seus interesses particulares e escusos - se veste com honradez, roubando de outros o que jamais lhes poderá devolver: a honra!

Preocupa-me enormemente saber que os méritos hoje são invertidos e que alguns meios de comunicação aplaudem com ênfase as atitudes pseudo-moralistas.

Se esquecem, estes escaravinhos humanos, que quem perde é o Paraná.

Se esquecem que, além de nossas fronteiras, outros nos olham com olhar de inveja e cobiça, não aceitando nosso progresso e nosso dinamismo.

Lembro a estes caluniadores, que não é pisando as pessoas que se sobe os degraus da competência e da honradez.

Isto se conquista com os próprios méritos!

...

Conhecendo, como conheço, Alceni Guerra, afirmo categoricamente que ele não deixará de levar ao conhecimento do povo brasileiro, o que realmente existe!

Paranaenses! Tenhamos maturidade para saber discernir, e somente nos pronunciarmos quando a verdade for patente!

Vamos defender o que é nosso, quando for legítimo, verdadeiro e honesto!

Não permitamos que interesses escusos - e que nada têm a ver com o Paraná - venham a crucificar homens honestos, mentalidades abertas e legítimas, paranaenses que trazem o progresso à nossa terra e que nos enchem de orgulho pelo seu trabalho e competência.

Esperamos assim, que não seja um pecado, defender os paranaenses e o Paraná!